

randomização  
regressão para a média  
resultado nulo  
seleção aleatória  
sinergia

variável de controle  
variável dependente  
variável de sujeito  
variável independente

### ► QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Transforme cada um dos seguintes problemas ou proposições em pelo menos duas hipóteses que possam ser testadas:
  - (a) Você não pode ensinar novos truques a um cão velho.
  - (b) Comer alimentos de qualidade inferior diminui a média de suas notas escolares.
  - (c) Um centavo economizado é um centavo ganho.
  - (d) A melhor maneira de estudar consiste em passar a noite em claro, um dia antes do exame.
2. Planeje um experimento fictício com duas variáveis independentes. Obtenha resultados hipotéticos que ilustrem a interação e a falta de interação. Identifique seus gráficos cuidadosamente.
3. Explique a citação de Beveridge no início deste capítulo.
4. Suponha que você deseje determinar se as pessoas com nariz comprido possuem melhor senso de humor que as pessoas com nariz curto. A dimensão do nariz, evidentemente, é uma variável de sujeito. Você decide dar a dois grupos de pessoas, com tamanhos diferentes de nariz, uma série de 20 piadas (que os especialistas consideram excelentes) para observar se as pessoas com nariz comprido as apreciam mais do que as com nariz curto. Que providências você tomaria para assegurar que alguma outra variável não se confundisse com o tamanho do nariz em seus dois grupos de pessoas? De que modo você selecionaria as pessoas para o estudo, supondo que houvesse 200 pessoas das quais você conhecesse o tamanho do nariz e diversas outras características?

## CAPÍTULO

# 4

## ÉTICA NA PESQUISA EM PSICOLOGIA

### PESQUISA COM PARTICIPANTES HUMANOS

**Consentimento Livre e Esclarecido e Mascaramento**

**Liberdade para Desistir**

**Proteção contra Danos e Disponibilidade para Esclarecimentos Posteriores**

**Eliminação de Conseqüências Prejudiciais**

**Sigilo**

### ÉTICA NA PESQUISA COM ANIMAIS

**Argumentos contra a Pesquisa com Animais**

**Argumentos a favor da Pesquisa com Animais**

**Diretrizes para a Utilização de Animais em Pesquisas**

### FRAUDE CIENTÍFICA

### MONITORAMENTO DAS PRÁTICAS ÉTICAS

### RESUMO

### TERMOS-CHAVE

### QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

PSICOLOGIA EM AÇÃO: COMPREENDER E LEMBRAR-SE DOS CONSENTIMENTOS LIVRES E ESCLARECIDOS

A potencialidade de duas faces do conhecimento científico cria problemas éticos para todos os cientistas. Na medida em que a pesquisa em psicologia lida com problemas importantes e métodos poderosos, os psicólogos precisam reconhecer e alertar as demais pessoas que o potencial para uma utilização errada da pesquisa aumenta seu potencial para a aplicação construtiva. (American Psychological Association, 1982, p. 16)

## ► PESQUISA COM PARTICIPANTES HUMANOS

A citação que introduz este capítulo origina-se de uma publicação da American Psychological Association (APA). Ela faz parte de um preâmbulo de uma discussão extensa dos princípios éticos que cobrem todos os aspectos da psicologia e é apresentada aqui de forma abreviada, a fim de enfatizar as obrigações éticas dos pesquisadores em todas as áreas da ciência. Essas obrigações são imediatas em princípio, porém difíceis de implementar. Examinaremos os princípios éticos e os problemas associados para colocá-los em prática na psicologia. Psicólogos preocupam-se com a ética na pesquisa envolvendo participantes humanos e animais. Embora uma parte dessa preocupação seja egoísta, em virtude do receio da restrição de financiamentos para pesquisa e da perda de acesso a sujeitos de pesquisa, a maioria dos psicólogos são pessoas éticas que não estão dispostas a prejudicar ninguém.

Um experimentador não pode ser completamente imparcial e objetivo ao julgar temas éticos a respeito de sua pesquisa e, portanto, a maior parte das universidades e institutos de pesquisa possuem comitês formados por psicólogos que julgam a ética das pesquisas propostas. De fato, qualquer pesquisa apoiada por financiamentos federais precisa ser aprovada por um comitê desse tipo antes de qualquer financiamento ser liberado\*.

Diversos temas éticos tornam-se óbvios no contexto de um projeto de pesquisa efetivo. Imagine que você é um psicólogo interessado em determinar até que ponto os sintomas depressivos influenciam o modo como as pessoas se lembram. Uma razão muito importante pela qual você deseja estudar esse tópico é o fato de a depressão ser um problema emocional razoavelmente comum entre alunos de faculdade, e você gostaria de determinar como esse problema poderia afetar o desempenho acadêmico. Você decide realizar um experimento de laboratório rigorosamente controlado, a fim de determinar os efeitos da depressão na memória. Você deseja induzir a depressão em alguns de seus participantes e, então, comparar a memória que possuem com a de outros participantes que não foram induzidos à depressão. Você induz a depressão em seus participantes por meio de um procedimento elaborado por Velten (1968). Nesse procedimento, as pessoas lêem em voz alta 60 afirmativas auto-referentes associadas à disposição de ânimo em questão.

Nesse caso, o participante lê afirmativas que, se supõe, induzirem à depressão, começando com frases relativamente inócuas, como "Hoje não é um dia melhor nem pior do que qualquer outro", e avançando para outras mais sérias, como "Sinto-me tão mal que gostaria de dormir e nunca acordar". O procedimento de Velten induz a uma depressão ligeira e temporária; os participantes informam sentir-se deprimidos, e seu comportamento é prejudicado em uma variedade de tarefas.

Muitos detalhes desse experimento não foram especificados, porém deve ficar claro que o bem-estar dos participantes nesse estudo poderia ser comprometido (para detalhes completos desse experimento, ver Elmes, Chapman e Selig, 1984). Induzir uma disposição de ânimo negativa (como a depressão) em alunos de faculdade poderia acarretar efeitos desastrosos em seu

\* NRT: Atualmente, no Brasil, caminha-se nessa mesma direção.

desempenho social e intelectual. Como você, sendo um pesquisador ético, pode tentar manter e proteger os direitos humanos fundamentais de seus sujeitos? O que você faria para proteger o bem-estar deles e, ao mesmo tempo, conduzir um experimento válido internamente?

Em um estudo sobre disposição de ânimo e memória, Blaney (1986) citou alguns trabalhos em que foi induzida a depressão em alunos de faculdade. Em alguns experimentos, foi induzida nas pessoas uma disposição de ânimo alegre. As considerações éticas dependem do tipo de disposição de ânimo – alegre ou triste – que é induzido em uma pessoa? Os pesquisadores também têm utilizado diversos procedimentos diferentes de indução de disposição de ânimo em seus experimentos. Além do procedimento de Velten (1968) previamente descrito, a hipnose e a música têm sido empregadas para induzir uma disposição de ânimo deprimida ou alegre. As considerações éticas dependem da técnica de indução à disposição de ânimo? Essas questões relacionadas à pesquisa indutora da disposição de ânimo ilustram como os temas associados à pesquisa em psicologia podem variar entre os estudos.

A APA (2002) fornece diretrizes éticas para os pesquisadores. A associação delineou os princípios gerais que regem a condução das pesquisas e as práticas de publicação. Posteriormente, neste capítulo, analisamos a ética na pesquisa envolvendo animais e a fraude científica. Examinamos, a seguir, os princípios relacionados principalmente aos participantes humanos. A fim de analisar como o bem-estar dos alunos foi protegido nos estudos de indução à disposição de ânimo, encontram-se descritos os oito princípios que regem o envolvimento de participantes humanos. Leia e entenda esses princípios éticos, antes de realizar um projeto de pesquisa.

**Princípio 8.01 Aprovação Institucional** Os psicólogos obtêm aprovação institucional para a condução de um projeto de pesquisa e seguem as diretrizes aprovadas ao conduzi-la.

**Princípio 8.02 Consentimento Livre e Esclarecido** Os psicólogos precisam obter o consentimento livre e esclarecido de seus participantes. São dadas aos participantes informações que detalham os procedimentos de pesquisa, esclarecem a respeito do direito de desistir ou de negar sua participação, indicam todos os riscos ou efeitos desagradáveis possíveis, relacionam qualquer benefício da pesquisa, descrevem como o sigilo dos participantes será mantido, especificam eventuais ganhos pela participação na pesquisa e informam a quem contatar, caso surjam preocupações ou dúvidas.

**Princípio 8.03 Consentimento Livre e Esclarecido para a Gravação de Vozes ou Imagens na Pesquisa** Gravar vozes e imagens exige o consentimento livre e esclarecido, exceto em observações públicas e naturais que não resultam em dano ou identificação pessoal. O consentimento pode ser solicitado durante os esclarecimentos posteriores, se o delineamento da pesquisa valer-se de mascaramento para efetuar gravações sub-reptícias.

**Princípio 8.04 Participantes da Pesquisa (Clientes/Pacientes, Alunos e Subordinados)** As pessoas que, de certo modo, encontram-se subordinadas ao pesquisador devem poder desistir ou se recusar a participar, sem sofrer conseqüências negativas por esse ato. A participação exigida ou os créditos extras nas disciplinas do curso pela participação deveriam ter alternativas disponíveis, a fim de permitir que os alunos atendam a essas exigências de participação em pesquisas.

**Princípio 8.05 Dispensa de Consentimento Livre e Esclarecido para a Pesquisa** Os psicólogos não precisam obter consentimento livre e esclarecido em contextos

de pesquisas benignas em que há pouca possibilidade de dano, o sigilo e a anonimidade dos participantes estão assegurados e a responsabilidade legal, a condição de poder empregar-se etc. não têm possibilidade de tornar-se um problema.

#### Princípio 8.06 Concessão de Benefícios para a Participação em Pesquisas

Devem ser evitados benefícios excessivos para a participação, que poderiam ser interpretados como intimidação.

**Princípio 8.07 Mascaramento na Pesquisa** Os psicólogos não fazem uso de situações enganosas, a não ser que a importância da pesquisa requeira sua adoção e não se encontrem disponíveis procedimentos que impedem o mascaramento. Se a ocorrência de dano é uma possibilidade, os psicólogos não enganam os participantes potenciais. Os participantes são informados a respeito de qualquer mascaramento tão logo seja possível.

**Princípio 8.08 Esclarecimentos Posteriores** Após a coleta de dados, os participantes recebem informações a respeito da pesquisa e qualquer uso de concepção enganosa é corrigido. Conseqüências negativas que possam ter prejudicado o participante devem ser corrigidas e o dano, minimizado.

**Princípios 8.09 a 8.15** Esses princípios serão considerados posteriormente. Eles dizem respeito à pesquisa com animais e a temas relacionados a relatos e publicações honestos dos resultados da pesquisa<sup>1</sup>.

Não há dúvida de que esses princípios possuem como meta a proteção do bem-estar dos participantes e que podem ser resumidos, observando que o experimentador tem obrigação de minimizar o dano para o participante. A pessoa deve ser alertada antecipadamente, caso haja dano potencial; deve poder desistir do experimento, caso assim prefira, e situações enganosas devem ser empregadas cuidadosamente. O experimentador é obrigado a reparar qualquer dano, e os resultados de cada participante devem permanecer confidenciais.

### Consentimento Livre e Esclarecido e Mascaramento

O pesquisador ético informa os participantes, antes da participação, a respeito de todos os aspectos da pesquisa que poderiam influenciar na disposição para participar e explica todos os demais aspectos da pesquisa sobre os quais os participantes indagam. Isso significa que os participantes precisam ser alertados previamente sobre os aspectos da pesquisa que podem ter efeitos prejudiciais. Na maior parte das pesquisas em psicologia, os participantes recebem informações completas sobre aquilo que serão solicitados a fazer durante o projeto de pesquisa, de modo que possam dar o **consentimento livre e esclarecido** a respeito de sua compreensão dos possíveis problemas associados à participação. Os participantes raramente são enganados a respeito da natureza das situações a que serão submetidos durante os experimentos. Além disso, um experimentador geralmente informa com veracidade o propósito do procedimento experimental. No entanto, algumas vezes os experimentadores precisam mascarar temporariamente a verdadeira finalidade de um experimento. Essa descrição falsa

<sup>1</sup> Fonte: American Psychological Association. *Ethical principles of psychologists and code of conduct*. 2002. Copyright © 2002 American Psychological Association. Adaptado mediante autorização.

muitas vezes é conhecida como uma “reportagem de capa”. Esse tipo de **mascaramento** geralmente é adotado a fim de controlar a reatividade da pessoa. Por exemplo, um pesquisador interessado em saber se as pessoas comportam-se com mais segurança em grupos do mesmo sexo do que em grupos formados pelos dois sexos informa aos participantes que eles estarão trabalhando com problemas que exigem a cooperação do grupo. Também lhes é informado que a finalidade do experimento consiste em avaliar a dificuldade dessas tarefas. O pesquisador receava que o comportamento dos participantes poderia se alterar, caso eles soubessem a finalidade real do experimento. Nesse caso, as informações relacionadas às hipóteses testadas provavelmente não mudarão a decisão da participação de uma pessoa, porém essa informação poderia alterar o desempenho da tarefa. Um mascaramento desse tipo, embora normalmente inofensivo, precisa ser analisado cuidadosamente, porque o consentimento do participante não se baseou em um conhecimento total dos fatos. Uma pessoa poderia optar por não participar de um experimento específico por não aprovar a sua finalidade.

Até mais raro que mascarar a finalidade de um experimento é mascarar as situações que o participante enfrentará durante o experimento. Infelizmente, tal mascaramento é necessário para responder a algumas perguntas sobre a pesquisa. Por exemplo, se um investigador deseja saber com que proficiência as pessoas se lembram de informações que não estão tentando lembrar ativamente, ele poderia não informar aos participantes que o experimento requer um teste de memória. Obviamente, a omissão de informações impede que os participantes dêem um consentimento livre e esclarecido.

Portanto, sempre que uma pesquisa requer mascaramento, o pesquisador ético defronta-se com um dilema. As pessoas precisam ser alertadas quanto à possibilidade de o procedimento colocá-las em sério perigo de dano físico ou psicológico. O mascaramento em tais casos é claramente desprovido de ética. Por outro lado, quando um procedimento envolve somente pequenos riscos, a decisão relativa à plena informação dos participantes é mais difícil. Em todos os casos, os benefícios potenciais da pesquisa precisam ser comparados em relação aos custos reais e potenciais para o participante. No entanto, os participantes deveriam receber sempre o maior número de informações e deveriam saber que podem cessar sua participação a qualquer momento, sem conseqüências negativas.

Vamos reexaminar o experimento envolvendo depressão e memória que discutimos anteriormente, focalizando a questão do consentimento livre e esclarecido. As pessoas que se apresentaram para participar foram informadas de que algumas das atribuições que teriam no experimento poderiam fazer com que ficassem tristes e de que lhes era dada a oportunidade de se recusarem a participar. A natureza específica da manipulação, como a técnica de Velten, e quem iria fazer parte do grupo experimental não foram divulgados antecipadamente. As pessoas poderiam ter reagido de modo incomum se conhecessem todos os detalhes. Como os efeitos da indução de uma disposição de ânimo eram considerados temporários, os pesquisadores acreditavam que informações parciais eram suficientes para permitir o consentimento livre e esclarecido. Nesse caso, embora algumas informações fossem omitidas, os participantes não foram enganados a respeito do que deveriam esperar do experimento.

Os temas em torno do consentimento livre e esclarecido e do mascaramento exigem reflexão e deliberação consideráveis para a obtenção de soluções éticas. Toda instituição de pesquisa nos Estados Unidos deveria ter um comitê atuante para a aprovação de todo procedimento experimental envolvendo seres humanos. Esses comitês tentam assegurar o tratamento ético dos participantes em experimentos. Discutiremos, posteriormente, esses comitês em mais detalhes.

Em resumo, o consentimento livre e esclarecido é a norma na maioria das áreas de psicologia. Ocasionalmente, alguma informação é retida ou os participantes são mal-orientados,

a fim de evitar a reatividade. Em tais casos, o experimentador, bem como os membros dos conselhos de revisão institucionais, toma muito cuidado ao decidir se os benefícios do procedimento suplantam os riscos aos participantes.

### Liberdade para Desistir

Conforme mencionado brevemente na seção anterior, os participantes devem poder se negar a participar ou poder desistir a qualquer momento. Além do mais, poucos negariam que as pessoas descontentes em participar deveriam ter **liberdade para desistir**. Como ocorre, então, o dilema ético? O principal problema gira em torno da definição de um participante voluntário bem-disposto. Considere o grupo de pessoas para o experimento de depressão e memória: alunos de faculdade (principalmente alunos de primeiro e segundo anos) cursando Introdução à Psicologia. Eles se oferecem para participar de experimentos e geralmente recebem algum tipo de crédito na disciplina pela participação. Eles estão sendo voluntários ao se apresentar ou estão sob algum tipo de coação que inferiram da situação? Se os alunos realmente recebem créditos adicionais, eles têm a possibilidade de estar agindo por vontade própria. Se precisam participar como parte de uma exigência do curso, então, a liberdade de participar ou não é menos óbvia. Quando os alunos são solicitados a participar, deveriam dispor de alguma maneira opcional de atender à exigência, como redigir um relato ou assistir a uma aula especial.

Geralmente, quando o conjunto de participantes potenciais é um público cativo como alunos, prisioneiros, recrutas militares e empregados do experimentador, o pesquisador ético leva em conta a liberdade de o indivíduo participar ou não. No experimento de depressão e memória, os alunos voluntários foram recrutados com o aceno de créditos adicionais (a participação não era obrigatória). Quando se apresentaram, foram alertados a respeito da possibilidade de tristeza (eles podiam concordar ou não em participar). As instruções no início do experimento lhes informavam que eles tinham a opção de se retirar a qualquer momento e ainda obter a totalidade dos créditos adicionais (eles tinham liberdade para desistir).

### Proteção contra Danos e Disponibilidade para Esclarecimentos Posteriores

A APA sugere uma salvaguarda adicional para oferecer **proteção contra danos** aos participantes de pesquisas. As pessoas devem ter uma maneira de contatar o pesquisador acompanhando a participação na pesquisa. Mesmo o projeto ético mais escrupuloso do tipo risco mínimo pode ter conseqüências não previstas. Portanto, o participante deveria ter condições de receber ajuda ou aconselhamento do pesquisador, caso surgissem problemas. Observamos participantes chorando (por causa de frustração ou de constrangimento) durante o que se supunha ser um experimento de memória comum e inócuo. Esses participantes podem ter levado do experimento uma auto-imagem negativa de sentimentos fortes ou de ressentimentos em relação ao experimentador em particular ou à pesquisa em geral.

Por causa desses efeitos não previstos, o pesquisador prudente proporciona **esclarecimentos posteriores** detalhados, o que significa que o investigador explica as finalidades gerais da pesquisa. Além disso, o pesquisador descreve integralmente as manipulações, de modo que toda dúvida ou compreensão errada possam ser eliminadas.

Vamos aplicar os princípios dos esclarecimentos posteriores e da proteção contra danos ao experimento de depressão e memória. No final desse projeto, os participantes receberam uma relação de telefones de pessoas que poderiam ser contatadas, caso ocorresse

o evento improvável de os pesquisados sentirem-se deprimidos após o experimento. A lista de contatos incluía o investigador principal, um conselheiro e o coordenador para assuntos estudantis e seu assistente. Igualmente, no dia após a participação, cada pessoa que havia lido as afirmativas indutoras de depressão recebeu um telefonema de um dos experimentadores, que tentava determinar se o participante estava tendo alguma sensação negativa após o experimento.

Os participantes receberam esclarecimentos posteriores detalhados. Eles foram informados a respeito do procedimento de indução à disposição de ânimo e de como seus efeitos eram temporários. Foram respondidas todas as dúvidas que os participantes tinham.

### Eliminação de Conseqüências Prejudiciais

Prestar esclarecimentos posteriores aos participantes e informar-lhes números de telefone pode não ser suficiente em um projeto arriscado. Se um participante puder estar sujeito a conseqüências a longo prazo como resultado da participação em um projeto de pesquisa, o investigador tem a responsabilidade pela **eliminação de conseqüências prejudiciais**. Os sentimentos de pessoas ressentidas podem ser difíceis de reverter, porque o ressentimento pode não ter sido intencional e permanecer despercebido. No entanto, quando os riscos são conhecidos, o investigador ético deve tomar medidas para minimizá-los.

Antes dos esclarecimentos posteriores no experimento de depressão e memória, os participantes leram uma série de proposições auto-referentes feitas para provocar entusiasmo. Esse exercício tinha por finalidade contrabalançar os efeitos da disposição de ânimo negativa induzida anteriormente. Os participantes foram, então, indagados a respeito de seus sentimentos atuais e também foram solicitados a assinar uma declaração, afirmando que saíam do experimento não se sentindo pior do que quando iniciaram. Todos os participantes assinaram a declaração; contudo, caso não o fizessem, um plano contingente consistia em mantê-los no laboratório sob supervisão de um dos experimentadores até que se sentissem melhor.

### Sigilo

O que uma pessoa faz em um experimento deve ser confidencial, a não ser que se combine o contrário. Um pesquisador ético não circula fazendo comentários do tipo "Bobby Freshman é estúpido; ele saiu-se pior do que todos os demais participantes no experimento". Igualmente, as informações pessoais a respeito de participantes específicos, como suas atitudes em relação ao sexo antes do casamento ou a renda de sua família, não devem ser reveladas sem a permissão dessas pessoas. O princípio do **sigilo** parece ser honesto, porém um pesquisador pode se defrontar com um dilema ético ao tentar manter o sigilo.

Esse dilema surgiu no experimento de depressão e memória. O experimentador defrontou-se com um problema ético por julgar necessário violar o princípio do sigilo, a fim de manter o princípio da proteção contra danos. Como se desenvolveu esse dilema? Uma das primeiras tarefas dos participantes era responder a algumas perguntas a respeito de sua saúde mental. Eles indicaram se, no momento da pesquisa, estavam se valendo de ajuda profissional para solucionar um problema pessoal. Caso estivessem, eles forneciam alguns detalhes a respeito do problema e do procedimento terapêutico. Os participantes receberam a garantia de que suas respostas eram confidenciais. Eles passaram, então, por um teste clínico que avaliou seu nível de depressão naquela ocasião. Se um participante informasse estar sendo tratado por depressão e tivesse boa pontuação no teste, o experimento era interrom-

pedido naquele ponto. Os pesquisadores desejavam minimizar os danos e maximizar respostas francas e abertas, assegurando aos alunos a natureza confidencial de suas respostas e usando o teste de depressão para evitar que uma pessoa deprimida se tornasse até mais deprimida pelo procedimento de indução ao estado de ânimo. Apesar disso, surgiu um dilema ético. Durante o experimento, dois alunos obtiveram um índice elevado no teste de depressão, e um deles não estava fazendo terapia. Em virtude de o teste ser reconhecido como um preditor confiável e válido de depressão clinicamente grave, o coordenador da pesquisa acreditava ser necessário advertir um dos conselheiros terapêuticos da faculdade a respeito dos dois alunos que aparentavam possuir níveis muito elevados de depressão. Então, sob o pretexto de uma entrevista rotineira, o conselheiro terapêutico conversou com esses dois alunos.

Esse tipo de dilema ocorre frequentemente na pesquisa. Respeitar um princípio ético pode necessitar violar um outro. Escolhas fáceis desaparecem quando isso ocorre. No caso que mencionamos, se os alunos com depressão grave tivessem suscitado que o pesquisador havia lhes traído a confiança, isso poderia ter resultado em um ressentimento e uma desconfiança permanentes. Por outro lado, o pesquisador não poderia ter desprezado o fato de que esses alunos, particularmente o que não fazia terapia, estavam muito angustiados. Naquela ocasião, assegurar que os alunos recebessem ajuda parecia muito mais importante do que manter o direito que eles possuíam ao sigilo.

Conforme nosso exemplo ilustra, as decisões éticas algumas vezes precisam ser tomadas com base em considerações pragmáticas. Em outras palavras, as pessoas envolvidas na tomada de decisões a respeito de um projeto de pesquisa devem se concentrar na melhor maneira de proteger os participantes e, ao mesmo tempo, conduzir um projeto significativo e válido.

A responsabilidade por práticas éticas permanece com o pesquisador, os comitês revisores e os editores de publicações que analisam as pesquisas a serem divulgadas. Em um número limitado de situações, um pesquisador poderia justificar o mascaramento, a ocultação e a quebra de sigilo. No entanto, tais práticas questionáveis sob o ponto de vista ético precisam ser evitadas, se possível. Violações éticas não são pré-requisitos de uma boa pesquisa.

## ► ÉTICA NA PESQUISA COM ANIMAIS

Embora a maioria das pesquisas na psicologia contemporânea concentre-se nos seres humanos, um número apreciável de estudos focaliza animais (Miller, 1985). Animais muitas vezes são usados para responder a perguntas que seriam impossíveis ou impraticáveis de responder usando seres humanos. Algumas pessoas acreditam, contudo, que os animais não deveriam ser usados em vários tipos de pesquisa (Bowd, 1980). Por exemplo, Rollin (1985) argumentou que, se o conceito de direitos legais e morais pode ser aplicado à pesquisa humana, também pode sê-lo, do mesmo modo, à pesquisa animal. Ele sugeriu que o *status* da pesquisa com animais precisa ser elevado ao *status* das pesquisas com participantes humanos, sendo que muitas das mesmas regras que regem a pesquisa humana devem ser aplicadas aos animais. Relatos divulgados pela mídia têm discutido o suposto mau trato aos animais nos laboratórios e as tentativas dos defensores dos direitos dos animais de limitar a utilização de animais em pesquisas. Portanto, tornam-se necessárias uma consideração do motivo pelo qual é importante a utilização de animais em pesquisas e uma compreensão das salvaguardas éticas para os animais.

Animais também participam de pesquisas porque são interessantes e porque constituem uma parte importante do mundo natural. O número de observadores de animais e de

outros naturalistas amadores, bem como o grande número de psicólogos e etólogos que se dedicam a estudos comparativos, atesta esse interesse de imediato. No entanto, mais importante em termos de preocupação ética é o fato de os animais servirem como modelos convenientes e altamente controlados para seres humanos e outros animais. A APA (2003b) oferece informações adicionais a respeito do uso de animais em pesquisas em psicologia.

## Argumentos contra a Pesquisa com Animais

A ética proíbe a indução experimental de dano cerebral em seres humanos, impede deliberadamente a separação de uma criança de seus pais, proíbe o teste de medicamentos desconhecidos em seres humanos e geralmente exclui manipulações perigosas e irreversíveis em seres humanos. Os defensores dos direitos dos animais acreditam que a pesquisa com animais deveria ter as mesmas proibições. De acordo com os defensores dos direitos dos animais, os pesquisadores precisam nivelar os direitos dos seres humanos e dos animais, porque, por exemplo, eles acreditam que a destruição experimental do cérebro de um macaco é tão eticamente repreensível quanto a destruição do cérebro de um ser humano. Três pontos resumem a posição dos defensores dos direitos dos animais: (1) os animais sentem dor e suas vidas podem ser destruídas, como ocorre com os seres humanos (Roberts, 1971); (2) destruir ou prejudicar qualquer ser vivo desumaniza o cientista (Roberts, 1971); e (3) alegações sobre o progresso científico ser ajudado pela pesquisa animal são uma forma de racismo e, como a intolerância inter-racial, são totalmente injustificadas e antiéticas. Negligenciar os direitos e interesses de outras espécies foi designado como **intolerância humana** por Singer (1995). A maioria dos psicólogos possui reservas quanto a esses pontos, o que passamos a examinar em seguida.

## Argumentos a favor da Pesquisa com Animais

O primeiro aspecto é que os animais sentem dor e sofrem. Certamente isso é verdadeiro, porém há padrões éticos em todas as disciplinas científicas que utilizam animais como participantes de pesquisas. Uma parcela importante desses princípios diz respeito à proibição da dor e do tratamento desumano. Nenhum psicólogo ético infligiria deliberadamente um dano indevido a um animal. Quando dor e sofrimento são infligidos a um animal, isso ocorre somente após considerável deliberação pelo cientista e pelos comitês revisores de procedimentos éticos apropriados. Tais deliberações levam em conta o sofrimento do animal, analisando os benefícios potenciais do experimento. Somente quando os benefícios excederem em muito o dano, o experimento será aprovado e poderá ser conduzido. Finalmente, um ponto importante a ser ressaltado a respeito da pesquisa comportamental em animais é que grande parte dela não envolve dor ou dano físico para os animais estudados.

O segundo princípio da plataforma de direitos dos animais é que a destruição de qualquer ser vivo é desumanizador para o cientista. Presumivelmente, supõe-se que as plantas não sejam incluídas nesse caso, pois como seres humanos precisamos destruir plantas, quando não animais, para sobreviver. Mesmo que essa proibição de matar seres vivos seja limitada aos animais, ela possui algumas implicações sérias que vão além da eliminação da pesquisa com animais. Se uma pessoa usa esse argumento contra a pesquisa animal, então ela não deveria comer nenhum tipo de carne. De modo idêntico, a pessoa não deveria usar nenhum produto obtido com o sacrifício de animais (por exemplo, couro). Finalmente, se o sacrifício de animais é desumanizador, então também não é desumano se beneficiar do sacrifício dos animais? Nesse caso, um verdadeiro defensor dos direitos humanos não deve-

ria, então, se valer da maior parte das grandes descobertas da medicina moderna, porque virtualmente todas elas se originaram com a pesquisa feita em animais. No entanto, aderir permanentemente a uma crença nos direitos dos animais muitas vezes é difícil. A dificuldade foi ilustrada nos resultados de uma pesquisa feita com os ativistas que estiveram presentes em uma grande manifestação de apoio aos direitos dos animais (Plous, 1991). Plous informa que uma porcentagem substancialmente maior de ativistas alega ser vegetariana ou *vegan* (pessoas que não consomem produtos animais, incluindo leite e ovos) do que as pessoas em geral. Muitos ativistas afirmam não usar produtos de couro. No entanto, uma maioria dos ativistas (53%) dos direitos dos animais alega comprar artigos de couro, consumir carne animal ou ambos.

Finalmente, existe a acusação de que o progresso científico à custa dos animais é simplesmente intolerância humana, a crença de que o sacrifício de membros de outras espécies justifica-se se nossa espécie for beneficiada. Como crítica contra a pesquisa com animais, esse argumento não leva em consideração o fato de que uma parcela significativa da pesquisa com animais beneficia o bem-estar dos animais. Por exemplo, Miller (1985) ressalta que a pesquisa sobre a aversão ao gosto adquirida por ratos levou a meios novos e não letais para manter coiotes afastados de ovelhas e corvos distantes de plantações. De forma similar, pesquisas sobre o modo como patos recém-nascidos impressionam os tratadores foram usadas para preparar melhor, para a vida selvagem, os filhotes de condor incubados artificialmente.

De qualquer maneira, mesmo se o uso de animais em benefício dos seres humanos fosse uma forma de intolerância humana, é improvável que muitas pessoas abrissem mão dos benefícios já conquistados ou mesmo desistissem dos possíveis benefícios futuros a serem obtidos com a pesquisa com animais. Considere a seguinte citação de Robert J. White, um neurocientista e neurocirurgião eminente que realizou pesquisas em macacos envolvendo a retirada do cérebro desses animais: "Ao escrever este artigo, relembro minha experiência marcante de ontem, quando retirei, durante uma operação, um grande tumor do cerebelo e de parte do cérebro de uma criança pequena. Essa foi uma intervenção cirúrgica que teria sido impossível há algumas décadas, altamente perigosa há alguns anos, porém atualmente, graças aos muitos experimentos feitos nos cérebros de animais inferiores, realizada rotineiramente com um alto grau de segurança" (1971, p. 504).

Além dos benefícios para a neurocirurgia experimental, numerosos benefícios advêm da pesquisa comportamental em animais. Miller (1985) observa que os experimentos psicológicos com animais resultaram diretamente em benefícios para o tratamento de problemas psicológicos tão distintos como enurese, fobias, distúrbios compulsivos (como anorexia nervosa) e depressão. Além do mais, os experimentos com animais deram origem a tecnologias comportamentais, como *biofeedback*, que têm sido empregadas para ajudar as pessoas portadoras de distúrbios neuromusculares a recuperar o controle de seu organismo. A pesquisa psicológica com animais também tem demonstrado experimentalmente o elo entre estresse psicológico e saúde física. Outros estudos têm demonstrado que os efeitos prejudiciais da separação física de uma criança de seus pais – como é necessário quando um recém-nascido precisa ser colocado em uma incubadora para sobreviver – podem ser revertidos, em grande parte, simplesmente afagando o bebê durante três períodos de 15 minutos no decorrer do dia. Miller ressalta os benefícios substanciais da pesquisa psicológica com animais, contrariamente às alegações feitas por alguns ativistas dos direitos dos animais (Plous, 1991).

Gallup e Suarez (1985) analisaram a base, a amplitude e o uso de animais na pesquisa em psicologia. Eles estudaram as alternativas possíveis e concluíram que, em muitos casos, não existe uma alternativa viável para o uso de animais na pesquisa em psicologia. O apoio de

profissionais para o uso de animais em pesquisa e ensino tem permanecido grande, apesar de a utilização de animais em pesquisas ter diminuído ao longo do tempo (Rowan e Loew, 1995). Oitenta por cento dos respondentes em uma pesquisa realizada com membros da APA indicaram um apoio geral para a pesquisa com animais (Plous, 1996a). Resultados similares foram obtidos com uma amostra de alunos de faculdade que escolheram a psicologia como área de especialização (Plous, 1996b). Os psicólogos não apoiaram uniformemente todas as pesquisas com animais. Muitos discordaram de estudos envolvendo dor ou morte, e a maioria apoiou as leis federais de proteção a ratos, camundongos e pássaros, equivalentes às existentes para primatas (Plous, 1996a).

## Diretrizes para a Utilização de Animais em Pesquisas

Os psicólogos têm se concentrado há muito tempo no tratamento humano e ético dos animais usados em pesquisas (Greenough, 1992). Por exemplo, uma das primeiras proposições a favor do tratamento (Young, 1928) afirmava que animais usados em pesquisas "(...) deverão ser tratados com atenção, alimentados adequadamente e seu ambiente circundante mantido nas melhores condições sanitárias possíveis" (p. 487). Essa preocupação encontra eco nas diretrizes atuais da APA (2003a), as quais regulam as pesquisas com animais e afirmam como princípio geral:

*A psicologia abarca uma ampla gama de áreas de pesquisa e iniciativas aplicadas. Uma parte importante dessas iniciativas é representada pelo ensino e pesquisa de animais irracionais, o que contribui para a compreensão dos princípios básicos subjacentes ao comportamento e o aumento do bem-estar dos seres humanos e dos animais. Evidentemente, os psicólogos deveriam ensinar e pesquisar de uma maneira compatível com as leis e regulamentos aplicáveis. Além disso, as preocupações de ordem ética obrigam os psicólogos a levar em conta os custos e benefícios de procedimentos envolvendo animais, antes de prosseguir com a pesquisa. (p. 1)*

Como em qualquer iniciativa humana, algumas vezes ocorrem abusos no tratamento humano dos animais empregados em pesquisas. No entanto, esses abusos vão contra as práticas comuns dos pesquisadores que investigam animais. Pesquisadores éticos tratam os animais humanamente. Não se deve concluir que, por ocorrerem abusos, a pesquisa com animais deva ser proibida. A visão típica dos ativistas dos direitos dos animais (Plous, 1991) baseia-se em uma posição filosófica que proíbe, como regra, o uso de animais para benefício humano, e não apenas para pesquisa. Você precisa decidir sozinho que atitude assumir em relação à pesquisa com animais, porém a importância do tema exige que você considere criticamente cada lado do debate e suas implicações.

O princípio a seguir delineia as principais considerações para os pesquisadores que usam animais em pesquisas, conforme especificado no código de ética da APA (2002). Uma especificação mais detalhada desses princípios encontra-se nas Diretrizes para a Conduta Ética no Tratamento e Uso de Animais, da APA (2003a).

**Princípio 8.09 Tratamento Humano e Uso de Animais em Pesquisas** Esta seção considera sete fatores a serem observados no tratamento ético e humano de animais. Os psicólogos devem acatar todas as prescrições legais e os códigos profissionais. Toda a utilização de animais deve ser supervisionada por pesquisadores experientes no teste e no cuidado de animais de laboratório. Todas as pessoas que usam animais possuem o treinamento

apropriado para tratar, utilizar e manter os animais. Os psicólogos se esforçam para manter o bem-estar e a saúde e para minimizar a dor. Além disso, a dor e o desconforto devem ser impostos aos animais somente se não houver alternativa disponível e “o objetivo for justificado por seu valor potencial científico, educacional ou aplicado” (p. 12). Se a cirurgia for empregada, então medidas devem ser tomadas para conservar a saúde e minimizar a dor. “Quando é apropriado tirar a vida de um animal, os psicólogos atuam com rapidez, esforçando-se para minimizar a dor de acordo com os procedimentos aceitos” (p. 12)<sup>2</sup>.

## ► FRAUDE CIENTÍFICA

Discutiremos, no Capítulo 13, a distorção inadvertida por parte do pesquisador, por meio da qual o comportamento do cientista distorce acidentalmente os resultados de um projeto de pesquisa. Nesse caso, no contexto da ética, analisamos a distorção proposital feita por cientistas – a **fraude**. Quando os cientistas participam de pesquisas, dedicam muito tempo e esforço, e seu prestígio e avanço na carreira muitas vezes dependem do sucesso de seu trabalho. Sob essa pressão, alguns cientistas não são totalmente honestos no tratamento de seus experimentos e dados. Casos de falsificação proposital podem variar de “falsificar” ou “cozinhar” dados – em que os resultados são manipulados, a fim de parecer melhores – a “forjar” dados – em que são informadas observações que, na realidade, nunca foram feitas (Kohn, 1986). Um levantamento feito com candidatos a um programa de doutorado e docentes de cursos de ciências indica que esses tipos de práticas fraudulentas ocorrem com frequência suficiente para despertar preocupação a respeito do *status* ético da ciência (Swazey, Anderson e Lewis, 1993).

Um exemplo de falsificação freqüentemente citado é o caso de Sir Cyril Burt. Ele era um psicólogo muito respeitado, que estudou o papel da hereditariedade na inteligência. Ele publicou diversos estudos divulgando dados obtidos de gêmeos idênticos, alguns criados juntos, outros criados separadamente. Os dados foram obtidos no período de 1913-1932. Em três estudos, ele relatou um índice de correlação de 0,944 para o QI de gêmeos criados juntos e de 0,771 para o QI de gêmeos criados separadamente. Embora as correlações fossem idênticas para os três estudos, cada um divulgava um número consideravelmente diferente de pesquisados. É extremamente improvável as correlações terem permanecido inalteradas, apesar do acréscimo de novos sujeitos. Esses indícios, com outros fatos suspeitos, levaram alguns cientistas e historiadores a concluir que os dados de Burt não eram completamente honestos (Kohn, 1986; Broad e Wade, 1982).

Há um bom número de exemplos de dados forjados. Um caso famoso é o do Homem de Piltdown, descoberto na Inglaterra em 1912. O homem de Piltdown consistia em um crânio de aparência humanóide e de uma mandíbula similar à de um macaco. Os ossos representavam supostamente o “elo perdido” entre macacos e seres humanos. A descoberta foi aceita em caráter amplo, embora não universalmente, durante 57 anos, até que cientistas desconfiados usaram diversos métodos de datação para mostrar que a mandíbula era de origem moderna, enquanto o crânio era muito mais antigo. Os cientistas descobriram que a mandíbula era idêntica à de um orangotango. O homem de Piltdown era uma farsa, porém se desconhece quem a inventou.

A distorção proposital pelo pesquisador pode ser mais sutil do que forjar ou mesmo falsificar dados. Um pesquisador pode optar por não divulgar resultados que sejam incom-

patíveis com uma teoria pessoal ou mesmo com suas crenças políticas ou sociais. De modo similar, um cientista que utiliza a distorção de dados pode criar projetos de tal modo que resultados negativos ou ideologicamente ruins sejam improváveis.

Como detectamos a fraude? A ciência se autocorrige. A verdade triunfará. Quando uma descoberta importante é publicada, a comunidade científica a leva a sério e dedica-se a conhecer as implicações dos dados divulgados. Quando outros cientistas tentarem replicar o experimento fraudulento, não conseguirão obter os resultados divulgados, e tais fracassos levarão os cientistas a concluir, ao final, que as descobertas não eram reais. Portanto, a replicação experimental é importante para detectar a fraude científica (Barber, 1976). Repetições diretas e específicas são denominadas **replicações**. No entanto, podem ser necessárias muitas tentativas de replicação sem sucesso e anos de dedicação, antes de toda a comunidade científica concordar que os resultados fraudulentos deveriam ser ignorados, um fato que ilustra as conseqüências sérias da fraude científica.

Um problema relacionado é o **plágio**, ou assumir como próprios as idéias, os dados ou as palavras de uma outra pessoa. Embora possa parecer óbvio que você não deve usar os dados de outra pessoa como sendo seus, o plágio pode ser muito menos óbvio em outros casos. Se estiver citando as palavras de outra pessoa, você é obrigado a usar aspas e a fazer a indicação apropriada do autor. Reproduzir com pequenas alterações o trabalho de outra pessoa também é impróprio, especialmente sem a identificação adequada. Para evitar o plágio nesse caso, você pode escrever sem se basear diretamente na fonte que estiver descrevendo, sendo que o caso mais complicado pode ser o de *plágio de idéias*. Se a idéia foi concebida por outra pessoa, você deve lhe dar o crédito, mesmo se não a estiver citando diretamente. Um problema potencial é que a pessoa pode acidentalmente não se lembrar de quem gerou idéias específicas, pois elas muitas vezes são concebidas em discussões verbais entre colegas durante suas atividades. Uma maneira de evitar esse problema consiste em concordar quanto à autoria no início de um projeto, dependendo de o trabalho progredir conforme programado.

Resumimos, nesta seção, os demais princípios éticos (8.10 a 8.15) da APA (2002). Eles dizem respeito à honestidade na divulgação de dados e nas práticas de publicação. Psicólogos não plagam nem inventam dados. O crédito pela autoria é atribuído somente para contribuições substanciais ao trabalho efetivamente realizado. O *status* não confere automaticamente o crédito por autoria, e a dissertação normalmente tem o aluno como autor principal. Os pesquisadores divulgam apropriadamente a republicação dos dados e devem compartilhar os dados de pesquisas com outros profissionais. Finalmente, pareceristas de artigos científicos, bolsas de estudo e projetos de pesquisa devem manter o sigilo das informações que analisaram.

A maior parte dos comitês julgadores, discutidos na próxima seção, monitora as práticas científicas que poderiam levar à fraude científica. Além do mais, as pessoas garantem às agências financiadoras oficiais que não participaram de práticas fraudulentas. Ao descobrir uma fraude, as agências suspendem o financiamento e podem tentar recuperar os fundos que foram gastos. Pesquisadores culpados de fraude não receberão financiamentos adicionais. Portanto, as instituições e as agências financiadoras também desempenham um papel para evitar fraudes.

## ► MONITORAMENTO DAS PRÁTICAS ÉTICAS

Como você já está bem ciente agora, a APA proporciona diretrizes éticas para a pesquisa em psicologia. A aceitação de uma pessoa como membro da entidade a compromete a obedecer

<sup>2</sup> Fonte: American Psychological Association. *Ethical principles of psychologists and code of conduct*, 2002. Copyright © 2002. American Psychological Association. Reproduzido mediante autorização.

a esses princípios. Os princípios também se destinam aos que não são membros, incluindo alunos de psicologia e outras pessoas que trabalham para um psicólogo.

A APA estabeleceu um Comitê de Ética que desempenha algumas funções. Por meio de publicações, reuniões educacionais e atividades durante convenções, o Comitê de Ética esclarece os psicólogos e o público a respeito de temas éticos relacionados à pesquisa em psicologia. O comitê também investiga e julga queixas relativas a práticas de pesquisa antiéticas. Exemplos desses casos podem ser encontrados em uma publicação de 1987 da APA, intitulada *Casebook on Ethical Issues*. O Comitê de Ética também publica um relatório anual no *American Psychologist*. Os Princípios Éticos da APA que descrevemos neste capítulo foram aprovados em 2002 e entraram em vigor em junho de 2003.

Um número considerável de pesquisas em psicologia é financiado por uma das organizações do Serviço de Saúde Pública, que faz parte do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos. O Serviço de Saúde Pública possui uma divisão denominada Seção de Integridade da Pesquisa, que tem como obrigação proteger a integridade dos programas de pesquisa do serviço. Essa é uma iniciativa importante. A cada ano, o Serviço de Saúde Pública desembolsa bilhões de dólares para operar mais de 30 mil bolsas de pesquisa em diversas disciplinas, incluindo a psicologia. A Seção de Integridade da Pesquisa e a APA juntam-se para analisar a prevenção da fraude e a proteção dos participantes. Além do mais, toda instituição que receba dinheiro do governo federal – o que significa virtualmente toda instituição dos Estados Unidos que realiza pesquisas – precisa ter um **Comitê de Ética**, que supervisione a proteção dos participantes humanos, e um **Comitê Institucional de Manejo e Uso de Animais**, que supervisione a proteção dos animais pesquisados. Um pesquisador envia uma proposta detalhada a um desses comitês. Presumivelmente, a proposta tenta levar em conta os princípios éticos pertinentes, e os membros do comitê julgam, então, os aspectos éticos do projeto. Todos os experimentos precisam ser aprovados pelos membros desses comitês. A legislação federal norte-americana exige que cada Comitê de Ética tenha, no mínimo, cinco membros, qualificados para analisar o tipo de pesquisa normalmente conduzido no âmbito da instituição. Além disso, se um conselho analisar regularmente pesquisas envolvendo populações vulneráveis (por exemplo, crianças, prisioneiros, doentes mentais), o comitê deve incluir, pelo menos, um membro cuja área de especialização tenha relação com tais pessoas. Deve haver, no mínimo, um membro cujo interesse principal situe-se em uma área científica e um membro cujo interesse principal resida em uma área não científica. Também deve haver alguém no comitê, normalmente um advogado, que possa definir se determinada pesquisa proposta viola qualquer lei ou legislação federal. A legislação exige, finalmente, que pelo menos um membro do comitê não esteja filiado à instituição. Essa diversidade entre os membros ajuda a assegurar a proteção aos direitos dos indivíduos que participam da pesquisa.

De que forma um Comitê de Ética toma suas decisões a respeito dos aspectos éticos de um projeto de pesquisa específico? Primeiro, ele avalia o nível de risco envolvido no procedimento. Muitos experimentos psicológicos são classificados como envolvendo somente um risco mínimo. *Risco mínimo* significa que os procedimentos experimentais não envolvem um risco maior do que o associado a atividades diárias. Caso seja necessário um risco maior do que o mínimo para fins de pesquisa, então o Comitê de Ética precisa decidir se esses riscos são razoáveis em relação aos benefícios que seriam obtidos com a pesquisa. O Comitê de Ética também assegura que os participantes sejam plenamente informados antes do início do experimento e que sua segurança e sigilo sejam salvaguardados.

Um conhecimento do processo de revisão institucional deveria ajudar a lhe assegurar que a pesquisa ética em psicologia, e em outras ciências, constitui a regra e não a exceção.

Em virtude das salvaguardas que fazem parte da estrutura dos Comitês de Ética, os cientistas não podem simplesmente apoiar-se somente em seu próprio julgamento para proteger os seres humanos e os animais que participam de seus experimentos. Além disso, esses comitês ajudam a enfatizar a honestidade na pesquisa, o que contribui para reduzir as práticas fraudulentas.

## ► RESUMO

1. Um investigador ético protege o bem-estar dos participantes na pesquisa, seguindo os padrões éticos da APA.
2. Informar o participante sobre o experimento antes da participação e o uso mínimo de mascaramento por parte do investigador permitem ao participante fazer um julgamento ponderado a respeito da eventual participação.
3. O participante tem o direito de se negar a participar de um experimento ou de se retirar de um experimento a qualquer tempo.
4. Em uma investigação ética, o participante tem proteção contra danos físicos e mentais.
5. Depois de os dados terem sido obtidos, os participantes devem receber esclarecimentos detalhados, a fim de eliminar qualquer mau entendimento que possa ter surgido.
6. Todas as conseqüências danosas resultantes de um experimento devem ser sanadas pelo pesquisador.
7. As informações relacionadas à participação de uma pessoa em uma pesquisa são sigilosas, a não ser que ela concorde com sua divulgação.
8. As tentativas para manter princípios éticos levam, algumas vezes, a um dilema em que acatar um princípio pode significar violar um outro.
9. Quando forem usados animais, deve-se tomar cuidado para minimizar a dor e a sensação de desconforto.
10. Os cientistas éticos são honestos. Eles não participam de atividades que distorçam a condução e o resultado da pesquisa.
11. A fraude científica pode ser detectada por replicações da pesquisa, e os conselhos institucionais e as agências financiadoras (como a Seção de Integridade da Pesquisa) controlam a pesquisa para evitar ou descontinuar a fraude.
12. Comitês de Ética nas pesquisas ajudam a controlar as práticas éticas e asseguram o tratamento ético dos sujeitos (seres humanos e infra-humanos).

## ► TERMOS-CHAVE

Comitê de Ética

Comitê Institucional de Manejo e Uso de Animais

consentimento livre e esclarecido

eliminação de conseqüências prejudiciais

esclarecimentos posteriores

fraude

intolerância humana

liberdade para desistir

mascaramento

plágio

proteção contra danos

replicação

sigilo

## ► QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

Reexamine os princípios éticos apresentados neste capítulo e leia a relação de princípios éticos apresentados pela APA (1987, 2002).

1. Leia alguns casos no *Casebook on Ethical Issues*, publicado pela APA (1987). O livro descreve o contexto de diversas queixas éticas, como elas foram apresentadas ao Comitê de Ética e como neles foram julgados. Selecione dois casos e considere os princípios éticos envolvidos neles. Indique por que você concorda ou

não com o julgamento do Comitê de Ética.

2. Leia dois dos artigos relacionados na seção Leituras Recomendadas. Esses artigos descrevem os temas éticos associados a tipos diferentes de pesquisas em psicologia. Considere os princípios éticos gerais e aplique-os a ambos os casos. Descreva como os temas éticos diferem entre os dois tipos de pesquisa discutidos nos artigos.

## ► LEITURAS RECOMENDADAS

- BOWD, A. D. Ethical reservations about psychological research with animals. *Psychological Record*, n. 30, p. 201-210, 1980.
- DEVENPORT, L. D.; DEVENPORT, J. A. The laboratory animal dilemma: A solution in our backyards. *Psychological Science*, n. 1, p. 215-216, 1990.
- HOFF, C. Immoral and moral uses of animals. *New England Journal of Medicine*, n. 302, p. 115-118, 1980.
- IMBER, S. D. et al. Ethical issues in psychotherapy research: Problems in a collaborative clinical study. *American Psychologist*, n. 41, p. 137-146, 1986.
- MELTON, G.; GRAY, J. Ethical dilemmas in AIDS research: Individual privacy and public health. *American Psychologist*, n. 43, p. 60-64, 1988.
- MILGRAM, S. Ethical issues in the study of obedience. In: MILGRAM, S. (Ed.). *The individual in a social world*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1977. p. 188-199.
- MILLER, N. E. The value of behavioral research on animals. *American Psychologist*, n. 40, p. 423-440, 1985.
- SCARR, S. Race and gender as psychological variables: Social and ethical issues. *American Psychologist*, n. 43, p. 56-59, 1988.
- SIEBER, J. E.; STANLEY, B. Ethical and professional dimensions of socially sensitive research. *American Psychologist*, n. 43, p. 49-55, 1988.
- SMITH, C. P. Ethical issues: Research on deception, informed consent, and debriefing. In: WHEELER, L.; SHAVER, P. (Eds.). *Review of personality and social psychology*, v. 4, Beverly Hills, CA: Sage, 1983. p. 297-328.

## PSICOLOGIA EM AÇÃO

### Compreender e Lembrar-se dos Consentimentos Livres e Esclarecidos

De acordo com a APA (2002), os experimentos em psicologia exigem autorização prévia de uma pessoa antes de sua participação. No entanto, quão significativa torna-se a assinatura de uma pessoa em um formulário de autorização, caso ela não tenha compreendido e não se lembre das informações contidas na ficha de consentimento?

Mann (1994) solicitava que as pessoas lessem a ficha de consentimento ou uma folha de informações a respeito de um experimento hipotético envolvendo o exame do cérebro por meio da ressonância magnética funcional. A folha de informações era idêntica à ficha de consentimento, exceto que não exigia uma assinatura. As pessoas passavam a responder às perguntas a respeito do citado procedimento a ser realizado. Muito embora tivessem acabado de ler a ficha de consentimento/folha de informações, somente uma minoria dos pesquisados por Mann foi capaz de responder corretamente às seguintes perguntas:

- Que tipo de dispositivo usaremos para estudar o seu cérebro? (38% de respostas corretas)
- Como esse dispositivo opera? (47%)
- Há riscos nesse procedimento? (48%)
- O que você pode fazer se o som do equipamento incomodá-lo? (45%)
- O que você pode fazer se tiver uma queixa sobre o estudo? (39%)
- O que os pesquisadores farão por você, caso fique machucado? (47%)
- Aponte dois dos quatro itens que sua assinatura na ficha de consentimento atesta. (20%)

Além disso, 62% das pessoas que tinham assinado a ficha de consentimento pensaram que haviam perdido o direito de processar o experimentador, comparados a somente 16% dos que haviam meramente lido a folha de informações.

Se você estiver planejando seu próprio estudo, terá criado uma ficha de consentimento que pode usar nessa demonstração. Caso contrário, solicite uma a seu professor. Elabore uma série de perguntas que testará a compreensão e a memória que as pessoas têm da ficha de consentimento. Faça com que seus amigos leiam essa ficha e peça-lhes, então, para responder (de memória) a suas perguntas. O quanto seus amigos lembram-se a respeito do que acabaram de ler? Eles conhecem os riscos e os benefícios associados ao estudo? Se a resposta for negativa, eles realmente deram seu consentimento prévio, muito embora tenham assinado as autorizações?